

TERRAS INDÍGENAS NO MÉDIO SOLIMÕES E CRISE REGIONAL

No Médio Solimões, existem seis áreas indígenas: as áreas Miranha do Miratu (município de Uarini) e Méria (município de Alvarães), Mayorina do Tarajai, Cambeba do Jaquiri e Igarapé Grande (município de Alvarães), Cocama de Nova Esperança e Tikuna de Barreira da Missão (município de Tefé).

A atual situação do processo político regional exige urgente demarcação dos territórios indígenas, pois a inexistência de uma política agrícola e fundiária claramente formulada para atender estruturadamente às reais necessidades regionais representa uma grave ameaça à segurança dos territórios indígenas e à garantia dos direitos dos representantes destes povos.

A situação fundiária atual na região polarizada por Tefé tem se tornado dia a dia mais tensa, refratando contradições entre linhas de ação diversas, que expressam distintas estratégias de ocupação ~~vistas~~ em prática pelo Estado ou outras instituições (civis ou confessionais) através de organismos distintos, que atuam a nível municipal, estadual, regional ou nacional.

Organismos de nível nacional, como a CONTAG, representada localmente por um sindicato (cuja atuação porém é corporativista, conservadora e atrelada aos interesses dos patrões e proprietários locais), tem apresentado orientações de incentivo a reivindicações pela população ribeirinha no sentido da regularização fundiária das terras que ocupam social e economicamente.

O governo do Estado do Amazonas, ao contrário, prioriza a colonização pública e privada, deixando em segundo plano a regularização fundiária, tendo sido inclusive desativado o Instituto de Terras do Amazonas ~~que fora instalado em Tefé com est~~

fix.

Isto tem resultado a implantação de vários projetos de colonização, os quais, apesar de aproveitarem a população local, não representam uma solução adequada à complexidade da situação fundiária e agrômercantil na região de Tefé. Empresas como a EMAIE (Empresa Amazonense de Dendê) preconizam como solução para a política Agrícola grandes projetos de colonizações de dendê, afirmando sua direção ter como objetivo a "fixação do homem à terra". A produção de dendê, entretanto, como indicam depoimentos de índios e pequenos produtores ribeirinhos não garante "substância" para a alimentação da população rural e urbana regional, como a produção de farinha de mandioca, pesca e extração de castanha, atividades tradicionais no Polímões às quais, aliás, a população ribeirinha está ligada por costume secular. Isto não ocorre com o dendê, fato que indica grande possibilidade de fracasso para ~~tais~~ projetos de colonização.

A situação dos grupos indígenas que vivem da pesca, extração e agricultura ribeirinha é extremamente precária. Os comerciantes que dominam a região têm manipulado as políticas regionais e federais em proveito próprio, verificando-se a concentração de renda e propriedades. As principais bases de sustentação econômica destes comerciantes são, além das propriedades fundiárias, atividades de exploração do trabalho caboclo, estocagem de produtos agrícolas e manufaturados, e investimentos propriamente financeiros.

Apesar do aumento constante dos preços das mercadorias que necessitam para sobreviver, mais elevado que o aumento dos preços dos produtos agrícolas, constata-se que o indígena próximo à Te

fê não vive a mesma condição de sujeição do habitante dos altos, devendo ser examinada a particularidade de sua situação de sujeição no processo regional.

Os membros dos grupos indígenas foram financiados por um programa de crédito agrícola, vinculado ao PROTERRA, de crédito direto ao pequeno produtor. Com o crescente aumento dos juros, a população ribeirinha mostrava-se insatisfeita com o financiamento, pois era manipulado por comerciantes e aviadores, com meios de utilizar o crédito destinado ao pequeno produtor em seu próprio proveito. Como as grandes alagações de 1982 destruíram toda a safra das várzeas e terras baixas, 99% dos financiados viu-se impossibilitado de pagar a dívida contraída com o banco. Como não foram liberados os recursos do Seguro Agrícola (PROAGRO), por falhas na assistência técnica prevista pela célula de crédito agrícola, o resultado é que até hoje os ribeirinhos são considerados inadimplentes pelo banco, e o banco ameaça levar a juízo, e os índios temem que seja utilizada a força policial.

Os agricultores ribeirinhos encontram-se, portanto, sujeitos pela dívida aos patrões e ao banco. Pode-se observar, contudo, a aspiração de libertar-se dos patrões, que os motiva a buscar os melhores preços, e libertar-se da sujeição direta pela dívida. Contribuem para isto os próprios programas de governo, que objetivam a fixação do homem à terra, e o incentivo à produção agrícola, e a ação pastoral da Prelazia de Tefé, que através da Educação de B se visa "arruaver o homem".

A área caracteriza-se pela existência de apropriação comunitária indígena ou não, de terra, que resultou na constituição de ~~comunidades~~, formadas a partir de lotes localizadas em ti

nitivos. Em alguns casos, surgiram com uma espécie de arrendamento ou aforamento verbal.

Observa-se, hoje, o reavivamento dos conflitos por terra no médio Solimões. A tensão da luta pela terra afeta diretamente os territórios indígenas, principalmente nos períodos de coleta de castanha, quando os detentores de títulos definitivos utilizam-se de força policial para cobrar a renda ao extrator. Desde a década de setenta, com a atuação do INCRA e com o incentivo às comunidades de base pelo MEB (e mais recentemente com a fundação do Sindicato, em 1979), os posseiros têm lutado pelo direito de usufruir dos recursos do trabalho sobre a terra. Velhos atores, como as madeirais, continuam a entrar em cena com novas roupas, arrendando a terra aos portadores de títulos definitivos e explorando o trabalho dos posseiros e varzeiros, utilizando-se ainda do hoje do sistema expropriativo do livro de saldo.

Verifica-se hoje o agravamento dos problemas, porque as empresas colonizadoras que vêm sendo instaladas na região encontram menos dificuldade de atuação nos territórios indígenas, pois a interferência da FUNAI tem sido apenas episódica, à medida que não levou a cabo nenhum processo de demarcação (com exceção da aldeia do Méria, demarcada em 1929 pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio).

A situação torna-se crítica nas áreas próximas a Alvarães e Tefé, onde o preço da terra é mais elevado, dada a extensão de malhas territoriais (rodoviárias, infraestrutura urbana, fundiária, etc). A construção da estrada Nogueira (localizada em frente à cidade de Tefé, no lago do mesmo nome) - Alvarães, por exemplo, tende a acentuar os conflitos, acarretando a concentração fundiária em lugar de permitir o acesso do homem à terra. O mesmo ocorre com

a estrada EMADE- Tefé, que já está sendo construída, e poderá multiplicar as invasões nas áreas indígenas de Barreira da Missão e Nova Esperança.

Para evitar cenas trágicas que podem envolver diversos atores locais, como índios, posseiros, arrendatários, comerciantes, etc, é necessária e urgente uma atuação estruturada por parte dos órgãos competentes. Como a FUNAI atua a nível local apenas de maneira episódica e por solicitação das lideranças indígenas, a invasão de seus territórios tem sido constante. Em certos casos, como o das aldeias de Barreira da Missão e Nova Esperança, acentua-se a dramaticidade da questão.

Para solucionar estes problemas e evitar outros mais sérios, é premente a intervenção da FUNAI no sentido da demarcação das terras indígenas, antes que a tensão torne-se insustentável.

Será exposta a seguir, sucintamente, a situação atual dos territórios indígenas do médio solimões, como subsídio para uma intervenção imediata da FUNAI. Enfatizamos que em um segundo momento a crise tende a se agravar.

SITUAÇÃO ATUAL

A precariedade da situação das aldeias indígenas de Miratu, Marajá, Jaquiri e Igarapé Grande já é conhecida pela FUNAI, através dos relatórios das equipes de delimitação. Entraremos em mais detalhes quanto à realidade dos Ticunas de Barreira da Missão e Cocamas de Nova Esperança, pois vemos em seu território fragmentado pela atuação de diversos representantes da sociedade envolvente um sintoma do que virá certamente ocorrer com todas as áreas indígenas do Médio Solimões, caso não seja efetivada, a curto prazo, a demarcação

Os ticunas e cocamas ocupam desde o início da década de setenta um terreno de propriedade da Sociedade Brasileira do Espírito Santo, com o consentimento do Irmão Everaldo, da Prelazia de Tefé.

Na Barreira da Missão, existem troncos de distintas origens étnicas, como Ticuna, Caixana, Cocama, Uitoto, Cambaba e Miranha, unidos entre si por relações de parentesco e compadrio, existindo também civilizados - negros e brancos - no interior das famílias indígenas de Barreira da Missão e Nova Esperança.

Embora as duas aldeias constituam territórios independentes, verificam-se relações de parentesco unindo os dois grupos.

A área cocama foi delimitada pela FUNAI em 1983. Esta delimitação, no entanto, causou problemas para os ticunas de Barreira da Missão, pois membros deste segundo grupo ocupam há anos com roças uma área significativa do território definido pela FUNAI como Cocama.

Na época da visita da FUNAI à área Cocama, em 1983, o grupo indígena de Barreira da Missão não havia ainda se identificado à FUNAI, como afirmam, por falta de conhecimento. Quando, porém, foi proposta um loteamento da área por representantes da Prelazia, do Sindicato, da EMATER e da EMADÉ, o grupo não aceitou, pois como contavam, iria provocar uma guerra dentro da comunidade. Observa-se, assim, o caráter relacional da identidade étnica, definida como uma forma de organização espacial, pois utilizam o território comunalmente.

Desde o reconhecimento das áreas indígenas, os membros destes grupos vêm sofrendo pressões por parte da EMADÉ e outras agências de Tefé, como EMATER e Sindicato. Seu território se encontra dividido por estes grupos (contradições inclusive entre si)

centando-se a esta divisão provocada por agentes externos as diferenças étnicas e religiosas internas aos grupos, cujos membros se dividem entre o movimento da Cruz, Igreja Pentecostal e Igreja Cristã do Brasil.

O Bispo, don Mário Clemente Neto, não demonstra suscetibilidade face à diferenciação religiosa e reconhece a identidade étnica. Isso não ocorre com Irmão Eraldo, que afirma que "não são índios, são ladrões de terras".

Se o grupo indígena de Barreira da Missão atualmente se encontra unido na luta pela terra, o mesmo não acontece com a área Cocama de Nova Esperança. Como foi previsto pelo relatório do Antropólogo Testa à FUNAI em março de 1983, muitos Cocamas mostraram-se seduzidos por propostas da EMADE, afirmando um Cambeba de Barreira da Missão, depois de um incêndio que houve na casa de um líder cocama, ele passou a se sujeitar à EMADE, pois esta lhe oferece casa com água e luz, e um motor de 25 HP.. Os cocamas foram visitar o novo líder messiânico da Cruz, no rio Içá, e ele lhes ordenou que abandonem a FUNAI, pois a FUNAI provoca ~~confusão~~, "é coisa de comunista".

A intenção de muitos Cocamas é vender o terreno à EMADE, mas o tucanu Sabino dos Santos não concorda. Este último afirma que o acordo firmado entre a EMADE e os COcamas (em anexo) não foi cumprido. Mas o grupo encontra-se dividido, e os Cocamas querem destituir Sabino dos Santos. As relações de Sabino dos Santos e seus parentes mais próximos (ligados por laços de parentesco ao restante da comunidade), que constituem uma facção dentro do grupo, com o grupo de Barreira da Missão, têm se tornando dia a dia mais estreitas, e existe a intenção de unir as duas áreas. A outra facção cocama, no entanto, não concorda, recusando-se a dialogar com os Tucunas. Tornou-se, assim, crítica a situação, tendo os Cocamas decidido viajar a Manaus para vender a terra à FUNAI e destituir Sabino.

mação de Barreira da Missão também está tensa. No

limite com a área Cocama, a Lasa, empresa ligada à Petrobras, fez es-
cavações com bombas de dinamite, tendo identificado a possibilidade
de riquezas minerais, a área será objeto de pesquisa pela CBG (Companhia Brasileira de Geologia).

No limite com a comunidade de Mesão, existem conflitos por
terra, solucionados apenas em parte por um acordo. O terreno foi
loteado pela Sociedade Brasileira do Espírito Santo, vendido por
preços módicos aos fiéis. Não tendo sido verificado in loco, a Socie-
dade Brasileira do Espírito Santo cedeu a agricultores e comerciantes
lotes já ocupados pelos índios. Estes aceitam acordo com pequenos
agricultores que conquistaram direito ao terreno também com seu tra-
balho agrícola, mas identificam outros como invasores. Um pequeno co-
merciante, Walter Zurra, aposentado pelo INPS, que não era morador
da área e nunca exerceu qualquer atividade produtiva nela, abriu uma
picada no terreno de Barreira da Missão, impedindo inclusive um tiku-
na de continuar sua roça. Este tikuna, amedrontado, fugiu para Coari.
Como Zurra havia marcado a área e colocado latas em árvores, escre-
vendo nelas com tinta vermelha. Quando soube que eu fazia levantamento
to na área com autorização da FUNAI, Zurra procurou regularizar sua
situação no cartório do 1º Ofício de Tefé. Como já se sabe na re-
gião que as terras indígenas são inalienáveis, recebeu uma "Escritura
Pública de Doação", no valor de R\$ 500.000, outorgada pela Sociedade
Brasileira do Espírito Santo, com área total de 182.000 metros quadra-
dos, registrada no Livro nº 2-F, Registro Geral, no Cartório do 1º
Ofício de Tefé., dia 10 de julho de 1982. Zurra exige como indeniza-
ção o irrisório valor de seu título, e diz que a partir de agora
investirá em benfeitorias na área. Os ânimos tikunas estão irritados,
aceitam acordo com Zurra.

Já foi dito que a história se repete como uma farsa. Assim continua sendo feita a colonização dos territórios indígenas. Atitudes como estas reavivam a memória social dos conflitos por terra, data desde o 2º Império e a 1ª República, época que sucedeu à lei de Terras de 1850, caracterizada por processos violentos de demarcação. Enquanto não forem demarcadas as terras indígenas, continuarão surgindo conflitos como este com o pequeno comerciante Zurrú, um dos vilões do que personagem dominado na correlação política local.

Até o momento, é possível ainda a solução para os conflitos, tendo os ticunas inclusive realizado a medição de sua área por água à margem do Paraná do Pananin, com corda, dois puxando e outros dois medindo com o metro, tendo calculado 2889m, território reduzido para a população total de 316 pessoas (47 famílias) que vivem na Barreira da Missão.

Mas a EMADE continua interessada em construir uma estrada e uma usina no interior do território indígena, que já foi inclusive recortado por picadas realizadas por intrusos. Se a FUNAI não intervir, prevalecerão os interesses da empresa.

Tefé, 17 de julho de 1985

Priscila Faulhaber Barbos
Antropóloga - Museu Goeldi

* que na maior parte não foram utilizadas - a hora